



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº ____/2025

(Do Sr. Rodrigo Valadares)

Institui a obrigatoriedade da instalação de Centros Municipais de Atendimento Especializado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos municípios com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de, no mínimo, um Centro Municipal de Atendimento Especializado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em municípios com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

Parágrafo Único. Fica autorizada a instalação de Centro Municipal de Atendimento Especializado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por municípios com população inferior a 200.000 (duzentos mil) habitantes, desde que este seja membro de Consórcio Público Intermunicipal, visando o atendimento de interesse comum em caráter regionalizado.

Art. 2º Os Centros de Atendimento Especializado deverão ofertar, de forma gratuita:

- I** – Atendimento clínico multiprofissional, com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, neurologistas e psiquiatras especializados;
- II** – Apoio psicopedagógico, educacional e social às famílias e aos cuidadores;
- III** – Programas de capacitação para profissionais da rede pública de saúde e de ensino;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

desenvolvimento ou bem-estar da criança autista. Há registros constantes de sofrimento emocional, crises sensoriais, isolamento e ausência de suporte técnico qualificado, o que leva muitas famílias à desistência da inclusão por esgotamento e frustração.

A criação de Centros Municipais de Atendimento Especializado servirá como retaguarda técnica para as escolas, apoio clínico para as famílias e como um polo de capacitação e acolhimento social, contribuindo para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, segura e humanizada.

A exigência de tais unidades apenas nos municípios com mais de 200 mil habitantes observa o critério da razoabilidade administrativa e da capacidade orçamentária mínima, garantindo a viabilidade e o impacto positivo da proposta, sem inviabilizar a gestão municipal.

Por essas razões, e em respeito à dignidade da pessoa humana e à proteção integral da infância e da juventude, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2025.

RODRIGO VALADARES

DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SE





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 24/06/2025 11:37:49.890 - Mesa

PL n.3030/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256075694800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Valadares

